vinetur

Tribunal Constitucional da África do Sul reserva decisão sobre horário de venda de álcool no Cabo Setentrional

A disputa sobre o prolongamento das vendas de álcool durante a recuperação pós-pandemia poderá definir até que ponto as províncias podem estabelecer regras comerciais

domingo, 15 de novembro de 2026



O Tribunal Constitucional da África do Sul reservou a decisão, na quinta-feira, 12 de novembro, num processo relativo ao alargamento do horário de venda de bebidas alcoólicas no Cabo Setentrional. Ficou assim por resolver uma disputa que poderá determinar até que ponto as províncias têm autoridade para definir regras de venda de álcool.

O processo foi interposto pela Democratic Alliance e pela Freedom Front Plus, que pedem ao tribunal que declare ilegal e inconstitucional uma decisão do departamento de desenvolvimento económico e turismo do Cabo Setentrional de alargar o horário de venda de bebidas alcoólicas. Ao abrigo das regras provinciais em causa, os retalhistas podiam vender álcool entre as 9h00 e as 22h00 nos dias úteis e entre as 9h00 e as 23h00 aos fins de semana.

Os requerentes alegam que o horário alargado entra em conflito com a Liquor Act e a Disaster Management Act, que impuseram restrições durante a pandemia de Covid-19 para limitar a transmissão e reduzir os danos associados. A contestação coloca o tribunal no centro de uma disputa mais ampla sobre a forma como os governos devem ponderar as preocupações de saúde pública face à atividade económica no mercado do álcool.

Durante a audiência, os advogados do Estado defenderam a posição do Cabo Setentrional e afirmaram que a alteração era legal. Disseram ao tribunal que o alargamento do horário se destinava a ajudar a reanimar a economia local e a dar às empresas melhores condições para recuperarem das perdas sofridas durante os confinamentos. A província argumentou ainda que a decisão respeitava os limites legais em vigor e que se mantinha a supervisão do conselho das bebidas alcoólicas.

O tribunal não proferiu uma decisão imediata em audiência. Em vez disso, afirmou que analisaria os argumentos das partes antes de emitir uma decisão numa data posterior. A informação disponibilizada não indicou uma data para essa decisão.

Embora a disputa diga respeito a uma única província, o processo está a ser acompanhado com atenção mais ampla, uma vez que poderá clarificar até que ponto os governos provinciais podem ir ao definir o horário de venda de bebidas alcoólicas. A questão é importante para bares, restaurantes, lojas de bebidas e outros retalhistas de

álcool, bem como para produtores e distribuidores de cerveja, vinho e bebidas espirituosas, dado que os períodos autorizados para as vendas podem afetar a contratação de pessoal, as entregas, o horário de funcionamento das lojas e os padrões de receitas.

O processo reflete também uma tensão política que persiste para além da pandemia. Em diferentes momentos, os governos defenderam que as limitações à venda de álcool podem reduzir a pressão sobre os hospitais e conter os danos relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas. Por outro lado, grupos empresariais e alguns partidos políticos afirmaram que restrições rigorosas podem prejudicar o emprego, reduzir a receita fiscal e atrasar a recuperação dos pequenos operadores. O caso do Cabo Setentrional leva estes objetivos concorrentes para o plano constitucional, cabendo agora ao mais alto tribunal do país avaliar se a província atuou dentro da lei.

Ambas as partes disseram ao tribunal que a disputa suscita importantes questões constitucionais. No centro do caso está a questão de saber se a província encontrou um equilíbrio legal entre a proteção da saúde pública e a liberdade económica ao alargar o horário de venda de bebidas alcoólicas. Até que o Tribunal Constitucional se pronuncie, esse equilíbrio continuará sob escrutínio jurídico, e as empresas do setor das bebidas acompanharão de perto a decisão, em busca de orientações sobre a forma como regras semelhantes poderão ser avaliadas no futuro.